



SOCIETE GENERALE GROUP

Rua Boa Vista, 254, 10º andar - São Paulo - SP

## BANCO CACIQUE S/A

CNPJ Nº 33.349.358/0001-83

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 - (Em milhares de reais)

designou os beneficiários do Plano de Ações Diferidas dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Banco Société Générale e empresas afiliadas. Nessa distribuição, 2.427 ações foram alocadas aos funcionários do Banco CaciQue. A outorga das ações está condicionada ao cumprimento de permanência no grupo e, adicionalmente, sujeitos às condições de performance. Sendo que 50% das ações foram outorgadas caso o beneficiário estivesse no grupo em 31 de março de 2014. A posse dos outros 50% dependiam do nível de performance do grupo, baseando-se em dois critérios, sendo: (i) caso o retorno sobre o capital (ROE - Return on Equity) do Grupo Société Générale fosse igual ou maior que 15%, 100% das ações sujeitas a condição de performance seria empossadas; Caso o ROE ficasse entre 10% e 15%, as ações seriam empossadas de acordo com a seguinte fórmula  $10 \times (\text{ROE} - 10\%)$ , por exemplo se o ROE fosse de 10%, apenas 50% das ações seriam empossadas. (ii) o segundo critério se aplicava caso o ROE fosse inferior a 10%, possibilitando a outorga de no máximo 50% das ações e seria mensurado pelo Total de retorno de Acionista (TSR) a qual seria comparado a uma amostra de 11 empresas similares, representados por: Barclays, BEVA, BNPP, CASA, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, Intesa, Santander, Standard Chartered e UCI. Se o Grupo Société Générale ficasse entre os três primeiros colocados no ranking TSR seriam empossadas 50% das ações; se o SG ficasse entre a 4ª e 6ª, seriam outorgadas 25% das ações e caso ficasse após a sexta posição nenhuma ação seria empossada. As ações condicionadas a performance foram canceladas face as condições não terem sido cumpridas e as ações condicionadas ao cumprimento de permanência foram totalmente outorgadas em 31 de março de 2014. O Société Générale considerou para calcular um turn-over de 17,61% ao ano. O valor justo unitário das ações, calculados adotando o método de arbitragem, foi de 34,82 Euros por ação. III - Fidelity Bonus Scheme - O Fidelity Bonus Scheme enquadra-se na política de remuneração variável do Banco, sendo aplicada em particular para aqueles diretores que possuem atuação com possível impacto significativo no perfil de risco das instituições do conglomerado. O plano foi outorgado em março de 2013 e será liquidado em caixa em outubro de cada ano, sendo a primeira liquidação em 2013 e a última em 2016, condicionadas ao cumprimento de permanência. O plano não requer condições de desempenho para o seu exercício. A remuneração variável diferida no tempo é apurada em unidades de referência, denominadas UNIR, e utiliza como base a diferença entre o preço das ações do Société Générale (França) na data da outorga e a média do preço de fechamento dos últimos 20 pregões precedentes a 14 de março de 2013. Qualquer dividendo pago no período de carência aumentará o valor final a ser pago aos funcionários. Em 30 de junho de 2015 o plano não possui beneficiários. A seguir, demonstramos os valores reconhecidos no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2015 e de 2014, na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital e passivo, na rubrica "Outras Obrigações Diversas":

	Plano de Ações livres	Plano de Ações diferidas	Fidelity Bonus	Total	Patrimônio Líquido	Passivo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013.</b>	<b>1.668</b>	<b>236</b>	<b>184</b>	<b>2.088</b>	<b>1.904</b>	<b>184</b>
Constituição.....	320	-	7	354	347	7
Canceladas.....	(27)	(19)	-	(46)	(46)	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2014</b>	<b>1.988</b>	<b>73</b>	<b>191</b>	<b>2.252</b>	<b>2.061</b>	<b>191</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014.</b>	<b>2.474</b>	<b>92</b>	<b>134</b>	<b>2.700</b>	<b>2.556</b>	<b>134</b>
Constituição.....	251	-	-	251	251	-
Pagamento/ Reversão.....	(1.121)	-	-	(1.121)	(1.121)	-
Canceladas.....	(1.075)	-	-	(1.075)	(1.075)	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2015</b>	<b>529</b>	<b>92</b>	<b>134</b>	<b>755</b>	<b>621</b>	<b>134</b>

Em 31 de março de 2014 o valor de RS 92, referente a 851 ações do Plano de Ações Diferidas, tiveram seu período de carência cumprido referente a condição de permanência. Na mesma data 483 ações foram canceladas em função de não atenderem a condições de performance. Em 31 de março de 2015 o valor de RS 318, referente a 2.672 ações do Plano de Ações Livres, tiveram seu período de carência cumprido referente a condição de permanência. No primeiro semestre de 2015 foram canceladas 9.840 ações em função de não atenderem a condições de permanência.

### 23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Desde 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos ponderados por padrões definidos na Resolução nº. 2099/94 e legislações complementares. A apuração deste índice é feita de forma consolidada pelo Banco Société Générale Brasil S/A com as instituições integrantes do Grupo Financeiro Société Générale Brasil e está de acordo com as normas vigentes. b) No semestre findo em 30 de junho de 2015, o valor dos contratos cedidos com cobrigação com outras instituições financeiras montam R\$ 1.011 (R\$ 1.052 em 2014) pela taxa de cessão. Os contratos objeto da cessão referem-se a crédito pessoal consignado - INSS, cujos vencimentos ocorrerão até 2015. O valor presente dos contratos cedidos em 30 de junho de 2015 pela taxa do contrato é de R\$ 989 (R\$ 11.263 em 2014). A taxa média da cessão foi de 14,11% ao ano e 1,1061% ao mês. Foi também constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre a cessão, no montante de R\$ 15 (R\$ 152 em 2014) na rubrica "Outras Obrigações Diversas", de acordo com os mesmos critérios adotados para créditos não cedidos.

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco CaciQue S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CaciQue S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras** - A Administração do Banco e empresas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CaciQue S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Ênfase** - Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração do Banco CaciQue S.A. suspendeu a realização de novas operações de crédito em função da decisão anunciada pelo controlador de encerrar as operações do Banco, a partir de 3 de fevereiro de 2015. Também conforme nota explicativa 1, em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras do Banco, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 24 de agosto de 2015

EY

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Flávio Serpejante Peppo  
Controlador CRC - 15P172167/O-6

Renato Nantes  
Controlador CRC-1RJ115529/O-7

### DIRETORIA

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### CONTADOR

Claudemir do N. R. Machado - CRC 15P217346/O-0



## Banco Pecúnia Banco Pecúnia S.A.

Rua Boa Vista, 254 - 8º andar - São Paulo - SP  
CNPJ 60.850.229/0001-47  
SOCIETE GENERALE GROUP

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: A Administração do Banco Pecúnia S.A. submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do respectivo relatório dos Auditores Independentes, relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014.  
São Paulo, 24 de agosto de 2015.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 - (em milhares de reais)				
ATIVO	Nota	2015	2014	PASSIVO
<b>CIRCULANTE</b>		<b>410.184</b>	<b>474.343</b>	<b>CIRCULANTE</b>
DISPONIBILIDADES	4	151	216	DEPÓSITOS
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5	13.700	4.600	DEPÓSITOS À VISTA
APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS		13.700	4.600	DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		5.887	10.215	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS
CARTEIRA PRÓPRIA	6	5.887	10.215	RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS A LIQUIDAR
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		458	649	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS
PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS A LIQUIDAR		-	5	RECURSOS EM TRANSITO DE TERCEIROS
CREDITOS VINCULADOS		263	283	OUTRAS OBRIGAÇÕES
RELAÇÕES COM CORRESPONDENTES		195	561	COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		370.358	436.471	ASSIMELHADAS
SETOR PRIVADO	7	422.280	505.752	FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	8	(51.922)	(69.281)	DIVERSAS
OUTROS CRÉDITOS	9.a)	38	983	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
DIVERSOS		38	983	DEPÓSITOS
OUTROS VALORES E BENS		19.592	21.009	DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS
OUTROS VALORES E BENS		19.592	21.009	OUTRAS OBRIGAÇÕES
DESPESAS ANTECIPADAS	10	19.510	20.733	FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		301.666	439.195	DIVERSAS
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		-	5.263	PREJUÍZOS ACUMULADOS
CARTEIRA PRÓPRIA	6	-	5.263	RESERVAS DE CAPITAL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		246.984	364.874	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO
SETOR PRIVADO	7	267.708	400.606	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	8	(20.724)	(35.732)	PREJUÍZOS ACUMULADOS
OUTROS CRÉDITOS		48.395	49.002	RESERVAS DE CAPITAL
DIVERSOS	9.a)	48.395	49.002	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO
OUTROS VALORES E BENS		6.287	20.056	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL
OUTROS VALORES E BENS		6.287	20.056	PREJUÍZOS ACUMULADOS
DESPESAS ANTECIPADAS	10	(47)	(117)	RESERVAS DE CAPITAL
PERMANENTE		19.325	5.468	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO
INVESTIMENTOS	12	17.537	2.711	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL
PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS NO PAÍS		17.537	2.711	PREJUÍZOS ACUMULADOS
OUTROS INVESTIMENTOS		59	59	RESERVAS DE CAPITAL
PROVISÃO PARA PERDA EM INVESTIMENTOS		(59)	(59)	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO
IMOBILIZADO DE USO	13	1.737	2.695	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL
IMÓVEIS DE USO		207	207	PREJUÍZOS ACUMULADOS
REAVILIAÇÃO DE IMÓVEIS DE USO		804	804	RESERVAS DE CAPITAL
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO		6.149	9.873	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO
DEPRECIações ACUMULADAS		(5.423)	(8.189)	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL
DIFERIDO		1	62	PREJUÍZOS ACUMULADOS
GASTOS DE ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO		1.129	1.129	RESERVAS DE CAPITAL
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DO DIFERIDO		(1.078)	(1.067)	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>731.175</b>	<b>919.096</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	
					Total	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.</b>	<b>423.596</b>	<b>400</b>	<b>231</b>	<b>(1)</b>	<b>(316.629)</b>	<b>107.597</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(2)	-	(2)
Plano de pagamento baseado em ações	-	322	-	-	-	322
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(10)	-	15	5
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(1.495)	(1.495)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014.</b>	<b>423.596</b>	<b>722</b>	<b>221</b>	<b>(3)</b>	<b>(318.109)</b>	<b>106.427</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.</b>	<b>423.596</b>	<b>870</b>	<b>211</b>	<b>(2)</b>	<b>(319.744)</b>	<b>104.931</b>
Plano de pagamento baseado em ações	-	(684)	-	-	-	(684)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(9)	-	16	7
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(10.813)	(10.813)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015.</b>	<b>423.596</b>	<b>186</b>	<b>202</b>	<b>(2)</b>	<b>(330.541)</b>	<b>93.441</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 (em milhares de reais - exceto prejuízo líquido por ação)			
	Nota	2015	2014
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>123.266</b>	<b>143.074</b>
Operações de crédito		121.079	141.216
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.187	1.856
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(61.146)</b>	<b>(73.438)</b>
Operações de captação no mercado		(34.632)	(38.518)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(26.514)	(34.920)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>62.120</b>	<b>69.636</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(72.835)</b>	<b>(71.035)</b>
Receitas de tarifas bancárias		4.178	9.725
Outras despesas operacionais		(1.085)	(3.843)
Outras despesas administrativas	19	(68.252)	(68.883)
Despesas tributárias		(4.395)	(6.127)
Resultado de participação em controlada	12	(6.407)	2.662
Outras receitas operacionais	20	10.879	12.988
Outras despesas operacionais	21	(7.480)	(17.557)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(10.715)</b>	<b>(1.399)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>(98)</b>	<b>(96)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO</b>		<b>(10.813)</b>	<b>(1.495)</b>
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>		<b>(10.813)</b>	<b>(1.495)</b>
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE POR AÇÃO - RS</b>		<b>(0,10286)</b>	<b>(0,01422)</b>
Número de ações		105.127.380	105.127.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 - (em milhares de reais)			
	2015	2014	
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	<b>(10.813)</b>	<b>(1.495)</b>	
Ajustes inclusivos que não afetam o fluxo de caixa:	33.295	30.914	
Depreciações e amortizações	425	536	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.514	34.920	
Provisão com processos judiciais	596	(2.208)	
Resultado de participação em controladas	6.407	(2.662)	
Alienação de Bauxitas por obsolescência do imobilizado	30	30	
Adquisição de imobilizado em operações	(684)	322	
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	7	3	
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>22.482</b>	<b>29.419</b>	
<b>Varição de ativos e passivos</b>	<b>(15.332)</b>	<b>(39.218)</b>	
Redução / (Aumento) em títulos e valores mobiliários	650	(737)	
Aumento em relações interdependências e interfinanceiras	803	2.697	
Redução / (Aumento) em operações de crédito	136.105	(4.978)	
Aumento / (Redução) em outros créditos	186	(4.621)	
Aumento em outros valores e bens	13.770	2.736	
Redução de depósitos	(151.284)	(35.307)	
(Redução) / (Aumento) em outras obrigações	(11.860)	5.907	
Redução em resultados de exercícios futuros	(3.702)	(4.915)	
<b>(=) CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS / (USADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>7.150</b>	<b>(9.799)</b>	
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Aumento de capital em Controlada	(20.000)	-	
Adquisição de imobilizado de uso	(10)	(26)	
Baixas no diferido	1	-	
<b>(=) CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(20.009)</b>	<b>(26)</b>	
<b>REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(12.859)</b>	<b>(8.925)</b>	
<b>PLANO DE EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE</b>	<b>26.710</b>	<b>14.611</b>	
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE (nota explicativa n.º 4)</b>	<b>13.851</b>	<b>4.841</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continua)

(continuação)



# Banco Pecunia S.A.

Rua Boa Vista, 254 - 8º andar - São Paulo - SP  
 CNPJ 60.850.229/0001-47  
 SOCIETE GENERALE GROUP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 - (em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pecunia S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Societé Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática razoável, em conjunto, no encerramento de cada período de relatório financeiro. Os recursos necessários para o financiamento da carteira de crédito do Banco, bem como para a manutenção de suas operações, são garantidos pelo seu acionista controlador. As operações são sendo feitas através de depósitos interfinanceiros com empresas do grupo, principalmente com o Banco Societé Générale Brasil S.A. Em 03 de fevereiro de 2015, a Administração do Banco Pecunia decidiu pelo encerramento de suas operações, deixando de conceder novos créditos. O encerramento das operações vem ocorrendo através da liquidação normal dos ativos e passivos, pelos prazos e condições originalmente pactuados, sendo que eventuais alienações de ativos são consideradas. Em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras do Banco, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Embora o Banco esteja em fase de encerramento das operações, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme princípio de continuidade. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos internacionais no processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam: **a) CPC 01** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.566/08; **b) CPC 03** - Demonstrações de fluxo de caixa - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.049/08; **c) CPC 05** - Divulgação de informações relativas a provisões - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.750/09; **d) CPC 10** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.989/11; **e) CPC 23** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução BACEN n.º 4.007/11; **f) CPC 24** - Evento subsequente - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.973/11; **g) CPC 25** - Passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.823/09; **h) Pronunciamento Contábil Básico (PB1)** - Estrutura contábil para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução BACEN n.º 4.144/12. Atualmente, não é possível emitir quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será da maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 28 de julho de 2015.

### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**a) Apuração do lucro líquido** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes são registradas com base na taxa de juros dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentando risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários** - De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, de acordo com o tempo da instrumentação: **a) Títulos disponíveis para negociação** - São aqueles em fase de venda; e **b) Títulos mantidos até o vencimento**. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados, nas datas dos balanços, pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequação da receita ou despesa, no resultado. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacadada do patrimônio líquido denominada "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários. **e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas em operações de curto prazo (até 90 dias) ou longo prazo (superior a 90 dias), observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/99 do BACEN, que requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações reconhecidas são mantidas, no mínimo, com o mesmo nível em que estavam classificadas. As reconhecidas de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidas. Também foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessação de crédito com coobrigação registrada na rubrica "Outras obrigações". **f) Investimentos** - As participações em controlada são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. **g) Imobilizado** - É demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas apresentadas na nota explicativa n.º 13 e compatíveis com o tempo da vida econômica dos bens. **h) Diferido** - É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel. **i) Valor de recuperação dos ativos** - Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável ao período anual ou em maior frequência se as condições de mercado apresentarem uma possibilidade da perda dos seus valores. **j) Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legais ou contratuais sujeitos à variação cambial e de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período. **k) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos** - São registrados pelos valores de mercado atuais até as datas dos balanços. Os depósitos e obrigações por empréstimos são reconhecidos em base "pro rata" dia. **l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico n.º 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **m) Provisão para recuperação de ativos contingentes** - Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **n) Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado no opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos são materiais e controláveis. **o) Provisões para contingências classificadas como perdas** - São possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; **p) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes dos tributos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. **q) Os depósitos judiciais** são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para riscos, em atendimento às normas do BACEN. **m) imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%, de acordo com a Lei n.º 11.727 de 23 de junho de 2008. **n) Pagamento baseado em ações** - O Grupo Societé Générale (France) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamento baseado em ações. Os planos são reconhecidos como despesa pessoal pro-rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital do patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja líquida em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro. **o) Lucro / (Prejuízo) por ação** - A divulgação do lucro / (prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro / (prejuízo) líquido do período pela quantidade total de ações.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Disponibilidades .....	151	216
Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	13.700	4.600
<b>TOTAL</b> .....	<b>13.851</b>	<b>4.816</b>

### 5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações em depósitos interfinanceiros	2015	2014
Prazo	13.700	4.600
Até 3 meses	13.700	4.600
<b>TOTAL</b>	<b>13.700</b>	<b>4.600</b>

### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição por categoria, tipo de papel, valor de curva e de mercado - O efeito da marcação a mercado dos títulos classificados na categoria "disponível para venda", perda no montante de R\$3 (perda de R\$5 em 2014), está registrado no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial", líquido dos impostos. O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.	2015	2014
<b>b) Composição por prazo de vencimento</b>	2015	2014
Títulos disponíveis para venda		
A vencer até 3 meses .....	5.887	3.095
A vencer entre 3 e 12 meses .....	-	7.120
Acima de 1 ano .....	-	5.263
<b>Total</b> .....	<b>5.887</b>	<b>15.478</b>
<b>c) Composição por emissor</b>	2015	2014
Títulos disponíveis para venda		
Públicos - Governo Federal .....	5.887	15.478
<b>Total</b> .....	<b>5.887</b>	<b>15.478</b>

**d) Gerenciamento de riscos e de capital** - A gestão de riscos e de capital do Banco Pecunia S.A. é efetuada em conjunto com as demais instituições pertencentes ao Grupo Societé Générale Brasil, o qual gerencia os riscos independente das áreas de negócios. Equipos especializados em risco monitoram a exposição do Conglomerado a eventos sistêmicos e reportam diretamente à Alta Administração. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto na Circular 3.640, de 04 de março de 2013 e normas complementares, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. Atendendo à Circular 3.678 de 31 de outubro de 2013, a Resolução 3.860 de 29 de junho de 2006 e os princípios de transparência e divulgação previstos nos acordos de Base de Cooperação em matéria de capital estabelecidos na Circular 3.640, de 04 de março de 2013, os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito, sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada, de que trata a Resolução 4.193 e quanto à adequação do Patrimônio de Referência (PR), de que trata a Resolução 4.192, ambas de 1º de março de 2013. As informações relacionadas acima, assim como aquelas sobre a estrutura de gerenciamento de capital de que trata a Resolução 3.989 de 30 de junho de 2011, referentes ao conglomerado financeiro Societé Générale no Brasil, encontram-se disponíveis nos sites da internet do Banco Pecunia S.A. e de seu controlador.

### 7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação	2015	2014
Financiamento de veículos .....	689.852	905.657
Crédito pessoal consignado em folha .....	136	701
<b>Total</b> .....	<b>689.988</b>	<b>906.358</b>
b) Composição da carteira por setor de atividade	2015	2014
Setor privado:		
Pessoas físicas .....	689.988	906.358
<b>Total</b> .....	<b>689.988</b>	<b>906.358</b>
c) Composição da carteira por vencimento	2015	2014
Carteira vencerá a partir de 15 dias .....	29.212	37.045
Carteira a vencer até 3 meses .....	124.961	145.204
Carteira a vencer de 3 a 12 meses .....	268.107	323.423
Carteira a vencer de 1 a 3 anos .....	256.024	374.861
Carteira a vencer de 3 a 5 anos .....	11.684	25.712
Carteira a vencer acima de 5 anos .....	-	33
<b>Total</b> .....	<b>689.988</b>	<b>906.358</b>
d) Concentração da carteira de crédito	2015	2014
	Valor % sobre a carteira	Valor % sobre a carteira
Principal devedor .....	69 0,01%	85 0,01%
10 seguintes maiores devedores .....	494 0,07%	550 0,06%
20 seguintes maiores devedores .....	792 0,11%	863 0,10%
50 seguintes maiores devedores .....	1.744 0,25%	1.878 0,21%
100 seguintes maiores devedores .....	3.153 0,45%	3.280 0,36%
Demais devedores .....	683.756 99,11%	899.702 99,20%
<b>Total</b> .....	<b>689.988 100,00%</b>	<b>906.358 100,00%</b>
e) Composição da carteira por nível de risco e provisionamento	2015	2014
	Nível	Nível
A .....	Curso Normal	Vencidos
B .....	43.910 2.851	496.237 71,91%
C .....	48.652 4.405	46.761 6,78%
D .....	21.729 3.245	53.057 7,69%
E .....	9.759 2.085	24.974 3,62%
F .....	6.618 1.918	11.844 1,72%
G .....	4.842 1.684	8.536 1,24%
H .....	29.029 13.024	6.526 0,95%
I .....	29.029 13.024	42.053 6,09%
<b>Total</b> .....	<b>660.776 29.212</b>	<b>689.988 100,00%</b>
Provisão adicional (*) .....	-	(11.166)
<b>Total</b> .....	-	<b>(72.646)</b>
	2015	2014
Nível	Curso Normal	Vencidos
A .....	663.346 -	663.346 73,19%
B .....	47.443 2.800	50.243 5,54%
C .....	52.040 4.181	56.221 6,20%
D .....	25.552 3.629	29.081 3,21%
E .....	13.010 2.553	15.563 1,72%
F .....	9.923 2.491	12.414 1,37%
G .....	7.584 2.426	10.010 1,10%
H .....	50.415 19.065	69.480 7,67%
I .....	29.029 13.024	42.053 4,64%
<b>Total</b> .....	<b>869.313 37.045</b>	<b>906.358 100,00%</b>
Provisão adicional (*) .....	-	(9.236)
<b>Total</b> .....	-	<b>(105.013)</b>

### b) Composição da carteira por setor de atividade

	2015	2014
Setor privado:		
Pessoas físicas .....	689.988	906.358
<b>Total</b> .....	<b>689.988</b>	<b>906.358</b>

### c) Composição da carteira por vencimento

	2015	2014
Carteira vencerá a partir de 15 dias .....	29.212	37.045
Carteira a vencer até 3 meses .....	124.961	145.204
Carteira a vencer de 3 a 12 meses .....	268.107	323.423
Carteira a vencer de 1 a 3 anos .....	256.024	374.861
Carteira a vencer de 3 a 5 anos .....	11.684	25.712
Carteira a vencer acima de 5 anos .....	-	33
<b>Total</b> .....	<b>689.988</b>	<b>906.358</b>

### d) Concentração da carteira de crédito

	2015	2014
Principal devedor .....	69 0,01%	85 0,01%
10 seguintes maiores devedores .....	494 0,07%	550 0,06%
20 seguintes maiores devedores .....	792 0,11%	863 0,10%
50 seguintes maiores devedores .....	1.744 0,25%	1.878 0,21%
100 seguintes maiores devedores .....	3.153 0,45%	3.280 0,36%
Demais devedores .....	683.756 99,11%	899.702 99,20%
<b>Total</b> .....	<b>689.988 100,00%</b>	<b>906.358 100,00%</b>

### e) Composição da carteira por nível de risco e provisionamento

	2015	2014
Nível	Curso Normal	Vencidos
A .....	43.910 2.851	496.237 71,91%
B .....	48.652 4.405	46.761 6,78%
C .....	21.729 3.245	53.057 7,69%
D .....	9.759 2.085	24.974 3,62%
E .....	6.618 1.918	11.844 1,72%
F .....	4.842 1.684	8.536 1,24%
G .....	29.029 13.024	6.526 0,95%
H .....	29.029 13.024	42.053 6,09%
<b>Total</b> .....	<b>660.776 29.212</b>	<b>689.988 100,00%</b>
Provisão adicional (*) .....	-	(11.166)
<b>Total</b> .....	-	<b>(72.646)</b>

	2015	2014
Nível	Curso Normal	Vencidos
A .....	663.346 -	663.346 73,19%
B .....	47.443 2.800	50.243 5,54%
C .....	52.040 4.181	56.221 6,20%
D .....	25.552 3.629	29.081 3,21%
E .....	13.010 2.553	15.563 1,72%
F .....	9.923 2.491	12.414 1,37%
G .....	7.584 2.426	10.010 1,10%
H .....	50.415 19.065	69.480 7,67%
I .....	29.029 13.024	42.053 4,64%
<b>Total</b> .....	<b>869.313 37.045</b>	<b>906.358 100,00%</b>
Provisão adicional (*) .....	-	(9.236)
<b>Total</b> .....	-	<b>(105.013)</b>

(\*) Em 30 de junho de 2015, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa adicionais aos limites mínimos estabelecidos pela Resolução CMN 2.682, no montante de R\$1.166 (R\$2.266 em 2014) considerando os maiores riscos de crédito internos (histórico de perdas e de recuperações), totalizando assim o montante de R\$2.646 (R\$1.051 em 2014). **f) Renegociação** - Em 30 de junho de 2015, o saldo de operações de crédito renegociadas no semestre é de R\$ 5.139 (R\$ 7.423 em 2014).

### 8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2015	2014
<b>SALDO INICIAL</b> .....	<b>(78.946)</b>	<b>(121.988)</b>
(-) Provisão constituída .....	(26.514)	(34.920)
(+) Baixas contra provisão .....	32.814	51.695
<b>SALDO FINAL</b> .....	<b>(72.646)</b>	<b>(105.013)</b>

Durante os semestres foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 10.006 (R\$ 12.194 em 2014).

### 9. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Outros créditos - diversos

	2015	2014
Adiantamentos e antecipações salariais .....	24	177
Adiantamentos por pagamentos de nossa conta .....	1	97
Adiantamentos a ressarço .....	-	1
Créditos tributários - contribuição social sobre o lucro (nota explicativa nº. 17 c) .....	-	1
Devedores por depósitos em garantia - recursos trabalhistas (nota explicativa nº. 11 c) .....	1.863	1.321
Devedores por depósitos em garantia - recursos fiscais (nota explicativa nº. 11 c) .....	34.606	31.686
Devedores por depósitos em garantia - recursos cíveis (nota explicativa nº. 11 c) .....	2.385	1.718
Impostos e contribuições a compensar .....	9.541	14.275
Recebimentos a processar .....	8	7
Devedores diversos - País .....	5	702
<b>Total</b> .....	<b>48.433</b>	<b>49.985</b>
<b>Curto prazo</b> .....	<b>38</b>	<b>983</b>
<b>Longo prazo</b> .....	<b>48.395</b>	<b>49.002</b>

#### b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2015	2014
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros .....	99	543
Impostos e contribuições sobre salários .....	29	163
Imposto sobre serviços .....	30	62
PIS .....	95	134
COFINS .....	584	825
Provisão para imposto de renda diferido (nota explicativa nº 17 d) .....	64	72
Provisão para contribuição social diferida (nota explicativa nº 17 d) .....	38	43
Outros .....	11	10
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 11 b) .....	44.762	41.679
Imposto de renda e contribuição social .....	30.711	



# Banco Pecúnia S.A.

Rua Boa Vista, 254 - 8º andar - São Paulo - SP  
 CNPJ 00.850.229/0001-47  
**SOCIÉTÉ GÉNÉRALE GROUP**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 - (em milhares de reais)

### c) Movimentação das provisões com processos judiciais, administrativos e obrigações legais

	2015			2014		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo inicial.....	43.000	2.937	4.173	50.140	40.478	5.565
Constituição (1).....	1.512	162	64	1.738	1.200	275
Reclassificações.....	220	-	(220)	-	-	-
Reversão de provisão (2).....	-	(119)	(1.023)	(1.142)	-	(1.023)
Saldo final.....	44.762	2.980	2.994	50.736	41.679	5.207

(1) nota explicativa n.º 21

(2) nota explicativa n.º 20

(4) nota explicativa n.º 9 a

d) O detalhamento das provisões, obrigações legais e dos riscos por probabilidade de perda em 30 de junho de 2015 e de 2014 é o seguinte:

	2015						2014					
	Obrigações fiscais e previdenciárias		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis		Obrigações fiscais e previdenciárias		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	provisionado	Valor reclamado	provisionado	Valor reclamado	provisionado	Valor reclamado	provisionado	Valor reclamado	provisionado	Valor reclamado	provisionado
Pendas	15.094	15.094	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações legais (a)	29.678	29.678	2.980	2.980	2.994	2.994	29.678	29.678	2.980	2.980	2.994	2.994
Prováveis (a)	-	-	17.305	-	31.183	-	-	-	-	-	-	-
Possíveis (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remotas	6.557	-	-	-	2.207	-	6.557	-	-	2.207	-	-
TOTAL	51.319	44.762	20.285	2.980	36.384	2.994	51.319	44.762	20.285	2.980	36.384	2.994

	2014						2015					
	Obrigações fiscais e previdenciárias		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis		Obrigações fiscais e previdenciárias		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	provisionado	Valor reclamado	provisionado	Valor reclamado	provisionado	Valor reclamado	provisionado	Valor reclamado	provisionado	Valor reclamado	provisionado
Pendas	14.059	14.059	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações legais (a)	27.620	27.620	5.207	5.207	5.423	5.423	27.620	27.620	5.207	5.207	5.423	5.423
Prováveis (a)	-	-	14.049	-	47.995	-	-	-	-	-	-	-
Possíveis (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remotas	4.537	-	-	-	2.817	-	4.537	-	-	2.817	-	-
TOTAL	46.216	41.679	19.256	5.207	56.235	5.423	46.216	41.679	19.256	5.207	56.235	5.423

(a) **Perdas prováveis e obrigações legais - Legais, fiscais e previdenciárias** - IRPJ e CSLL - R\$ 22.204 (R\$ 20.555 em 2014). Refere-se a questionamento sobre recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, referente ao fato gerador ocorrido no ano-calendário de 1999 (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta). Aguarda-se análise de admissibilidade do recurso. PLANO VERÃO - R\$ 8.507 (R\$ 7.830 em 2014). Trata-se de ação judicial contestando os índices de correção monetária do balanço, referente aos anos base 1997 e 1998, em razão de aplicação do IPC no mês de janeiro de 1989 na correção monetária das demonstrações financeiras. O Banco apresentou petição e aguarda sentença, a qual é avaliada como perda possível pelo assessores legais do Banco. Contudo, o valor encontra-se provisionado como obrigação legal. PIS - R\$ 997 (R\$920 em 2014). Reconhecimento do direito de recolher o PIS com base na Emenda Constitucional nº 17/97 (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta) ao invés da Lei nº 9.719/98, até 30 de junho de 1999. Aguardando julgamento. PIS - R\$ 5.580 (R\$5.309 em 2014). Refere-se ao questionamento declarando o direito de recolher o PIS, referente aos exercícios anteriores a 2000, apenas sobre as receitas de serviço. Conforme avaliação dos assessores legais do Banco a perda é possível, contudo os tributos estão provisionados como obrigação legal. IRPJ 1992 - R\$ 2.629 (R\$ 2.288 em 2014). Visa à declaração da inexigibilidade do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1992. Em 2009 havia provisão referente a CSLL, porém está foi baixada em 2012, uma vez que foi verificado o comprovante de pagamento da mesma. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3ª Região. IRPJ e CSLL 1990 - R\$ 4.845 (R\$ 4.777 em 2014). Visa à declaração da inexigibilidade do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1990 uma vez que com a correção monetária do balanço não terá lucro tributável. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3ª Região. **Trabalhistas** - São ações, na maioria, movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras", e por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. **Cíveis** - São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

### 12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	CREDIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	
	2015	2014
Informações da controlada:		
Capital social.....	27.133	7.133
Quantidade de cotas.....	2.038.000	2.038.000
Porcentagem da participação (%).....	100%	100%
Patrimônio líquido em 30 de Junho.....	17.537	2.711
(Prejuízo) / Lucro do semestre.....	(6.407)	2.662

### Movimentação dos investimentos:

	2015	2014
Saldos no início do semestre.....	3.944	49
Resultado de equivalência patrimonial.....	(6.407)	2.662
Aumento de Capital.....	20.000	-
Saldos no final do semestre.....	17.537	2.711

### 13. IMOBILIZADO

	2015			2014		
	Taxa anual de depreciação	Custo	Valor acumulado	Taxa anual de depreciação	Custo	Valor acumulado
Terenos.....	-	78	78	-	78	78
Imoveis de Uso.....	4%	933	(679)	254	933	(647)
Instalações.....	10%	207	(205)	2	209	(205)
Móveis, máquinas e equipamentos de uso.....	10%	319	(232)	87	358	(235)
Sistemas de comunicação.....	10%	127	(71)	56	175	(94)
Sistemas de processamento de dados.....	20%	5.245	(4.048)	1.197	8.880	(6.845)
Sistemas de segurança.....	10%	251	(188)	63	251	(163)
TOTAL.....		7.160	(5.423)	1.737	10.884	(8.189)

### 14. DEPÓSITOS

	2015			2014		
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano
Depósitos	-	-	302	-	-	302
A vista.....	302	247.481	295.305	302	16.000	557.563
Interfinanceiros.....	-	-	543.088	-	-	143.785
TOTAL.....	302	247.481	295.305	302	16.000	557.563

### 15. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se à taxa de cadastro cobrada no ato da contratação do financiamento, apropriada "pro rata-temporis" de acordo com os prazos dos contratos.

### 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social** - Em 30 de junho de 2015 e de 2014 o capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 423.596, estava representado por 105.127.380 ações ordinárias, sem valor nominal. b) **Distribuição de lucros** - Aos acionistas são assegurados 25% como dividendos mínimos obrigatórios, calculados sobre o lucro líquido anual, de acordo com a legislação societária. c) **Reserva de Capital** - Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa n.º 22. d) **Reserva Legal** - Constituída à razão de 5% do lucro líquido do período, limitada a 20% do Capital Social. Devido ao prejuízo apurado, o Banco não destinou parte do resultado do período para reserva legal.

### 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo Lucro antes do imposto de renda e da contribuição Social, líquido de participação estatária.....	(10.813)	(1.495)	(10.813)	(1.495)
Alíquota vigente.....	25%	25%	15%	15%
IRPJ / CSLL de acordo com a alíquota vigente.....	2.703	374	1.622	224
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias.....	5.943	4.530	3.565	2.718
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças permanentes.....	(2.316)	(3.597)	(1.388)	(2.157)
Prejuízo Fiscal e base negativa.....	(6.330)	(1.307)	(3.799)	(785)
Despesa de IRPJ e CSLL.....	-	-	-	-
Crédito Tributário não constituído no período devido a Res 3.059/BACEN.....	-	(387)	3.223	(234)

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2015	2014	2015	2014
Base de cálculo:				
Diferenças temporárias.....	157.397	176.171	157.397	176.171
- provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	72.646	105.013	72.646	105.013
- provisão para contingências.....	50.736	52.309	50.736	52.309
- ajuste a valor de mercado.....	(3)	(5)	(3)	(5)
- amortização do ágio.....	5.955	14.417	5.955	14.417
- demais.....	28.063	4.437	28.063	4.437
TOTAL.....	90.661	46.220	90.639	46.398
Prejuízos fiscais.....	248.058	222.391	248.236	222.569
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social.....	25%	25%	15%	15%
Crédito tributário fiscal.....	62.015	55.598	37.235	33.385
Crédito tributário não constituído (*).....	62.015	55.598	37.235	33.384
Saldo de crédito tributário constituído.....	-	-	-	-

Em 30 de junho de 2015, os benefícios do imposto de renda (25%) e da contribuição social (15%) acumulados, seriam respectivamente R\$ 62.015 (R\$55.598 em 2014) e R\$ 37.235 (R\$33.385 em 2014), caso as perspectivas para sua recuperação fossem favoráveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 3.059 do BACEN. Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. O Banco aguardará a conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas à MP podem ser aprovadas no Congresso Nacional.

c) **Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal:**

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2014	2015	2014	2015
Saldo inicial.....	-	-	-	-
Ajuste TVM.....	1	1	1	1
Saldo final.....	1	1	1	1

d) **Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferida passiva sobre as diferenças temporárias:**

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2015	2014	2015	2014
- Saldo inicial.....	(68)	(76)	(40)	(45)
- Realizações.....	4	2	4	2
- Saldo final (nota explicativa n.º 9 b).....	(64)	(72)	(38)	(43)

### 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim resumidas:

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	2015	2014	2015	2014
<b>Credial Empreendimentos e Serviços Ltda</b>				
Depósitos a vista.....	(302)	(302)	-	-
Valores a pagar para sociedades ligadas.....	(19)	(4.318)	(2.794)	(11.212)
<b>Banco Societé Générale Brasil S.A.</b>				
Captações em depósitos interfinanceiros.....	(501.781)	(701.348)	(33.652)	(34.576)
Valores em depósitos interfinanceiros.....	13.700	-	870	600
<b>Banco Caciue S.A.</b>				
Correspondentes.....	106	242	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	4.600	967	516
Captações em depósitos interfinanceiros.....	(41.005)	(16.000)	(981)	(3.943)
Valores a pagar para sociedades ligadas.....	(614)	(11.658)	(26.560)	(13.154)
<b>Cobracred Cobrança Especializada Ltda.</b>				
Valores a pagar para sociedades ligadas.....	(516)	(527)	(3.144)	(3.196)
<b>Caciue Promotora de Vendas Ltda.</b>				
Valores a pagar para sociedades ligadas.....	-	(9)	-	(30)
<b>Societé Générale Corporate &amp; Investment Bank (Paris-França)</b>				
Valores a pagar para sociedades ligadas.....	(35)	(35)	(7)	(6)
<b>Resumo por conta:</b>				
Depósitos a vista.....	(302)	(302)	-	-
Correspondentes.....	106	242	-	-
Captações em depósitos interfinanceiros.....	(542.786)	(717.348)	(34.633)	(38.519)
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota explicativa n.º 5).....	13.700	4.600	1.837	1.116
Valores a pagar para sociedades ligadas (notas explicativas n.º 9 c e n.º 19).....	(1.184)	(16.547)	(32.505)	(27.598)

b) **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O Banco Pecúnia faz parte do Grupo Societé Générale Brasil e do qual também faz parte o Banco Caciue. A estrutura administrativa das Bancos Caciue e Pecúnia são compartilhadas, sendo os Administradores do Banco Pecúnia comuns ao Banco Caciue e apenas parte de suas atividades são dedicadas à administração do Banco Pecúnia. Dessa forma, esses Administradores recebem uma remuneração global paga e registrada pela Banco Caciue e não substancialmente suas atividades são dedicadas. c) O Banco Pecúnia efetua o pagamento ao Banco Caciue referente a estrutura administrativa compartilhada. No primeiro semestre de 2015 o montante de despesa a título de ressarcimento é de R\$25.560 (R\$13.154 em 2014). **Outras informações:** - Conforme legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamento para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2.º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem do capital com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2.º grau. Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. II - Participação acionária: A participação acionária no Banco, em 30 de junho de 2015 e de 2014, estava assim representada:

	2015	2014
<b>Ações ordinárias</b>		
- Banco Societé Générale Brasil S.A.....	105.127.380	105.127.380
<b>Total.....</b>	105.127.380	105.127.380

### 19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Despesas de água, energia e gás.....	(83)	(64)
Despesas de aluguel.....	(535)	(445)
Despesas de comunicações.....	(517)	(822)
Despesas com contribuições filantrópicas.....	(30)	(30)
Despesas de manutenção e conservação de bens.....	(78)	(93)
Despesas de material.....	(78)	(93)
Despesas de processamento de dados.....	(3.039)	(4.506)
Despesas com relações públicas.....	(37)	(33)
Despesas de propaganda e publicidade.....	(68)	(73)
Despesas de seguros.....	(11)	(3)
Despesas com serviços do sistema financeiro.....	(1.868)	(2.223)
Despesas de serviços de terceiros.....	(1.864)	(3.285)
Despesas de serviços técnicos especializados.....	(57)	(75)
Despesas de serviços de cobrança, assessoria e consultoria - Sociedade Ligada (Nota explicativa n.º 18).....	(5.938)	(14.438)
Despesas de serviços de cobrança.....	(638)	(566)
Despesas de serviços de consultoria/assessoria.....	(22.415)	(22.551)
Despesas de serviços de assessoria e consultoria - SG		

(continuação)

**Banco Pecúnia****Banco Pecúnia S.A.**Rua Boa Vista, 254 - 8º andar - São Paulo - SP  
CNPJ 60.850.229/0001-47  
**SOCIÉTÉ GÉNÉRALE GROUP****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 - (em milhares de reais)**

justo das opções foi de 11,54 euros por opção de ações. A seguir, demonstramos os valores reconhecidos no resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital:

	Plano de		TOTAL
	Ações livres	Ações diferidas	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	361	39	400
Constituição	317	157	474
Canceladas	-	(152)	(152)
Saldo em 30 de junho de 2014	678	44	722
Saldo em 31 de dezembro de 2014	826	44	870
Constituição	32	-	32
Canceladas	(713)	(3)	(716)
Saldo em 30 de junho de 2015	145	41	186

Em março de 2014 o valor de R\$ 44, referente a 341 ações e 197 opções do Plano de Ações diferidas, tiveram seu período de carência cumprido referente a condição de permanência. Na mesma data 338 ações foram canceladas em função de não atenderem a condições de performance. Em 31 de março de 2015 o valor de R\$ 93, referente a 784 ações do Plano de Ações livres, tiveram seu período de carência cumprido referente a condição de permanência. No primeiro semestre de 2015 foram canceladas 3.392 ações em função de não atenderem a condições de permanência.

**23. OUTRAS INFORMAÇÕES**

a) Desde 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos ponderados por fatores, definidos na Resolução nº 2.099/94 e legislações complementares do BACEN. A apuração deste índice é feita de forma consolidada com as instituições integrantes do Grupo SociÉTé GÉNÉrale Brasil e de acordo com as normas vigentes. b) Em 30 de junho de 2014, as coberturas em cessões de créditos montavam a R\$ 1.051 pela taxa de cessão e R\$ 1.021 pela taxa de contrato, para as quais foi registrada provisão para riscos sobre créditos cedidos com cobertura no montante de R\$ 67, registrado na rubrica Outras Obrigações - Diversas calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas. A totalidade dessas coberturas possui garantia de alienação fiduciária dos veículos financiados. A taxa média dessas cessões de crédito foi de 14,69% ao ano e 1,14787% ao mês, e foram realizadas pelo prazo médio de 60 meses.

**24. EVENTOS SUBSEQUENTES**

a) Em 3 de julho de 2015, o Banco Pecúnia firmou contrato de cessão de crédito sem cobertura referente a parte substancial da carteira de financiamento de veículos. A efetivação da cessão ocorrerá no segundo semestre de 2015 segregada por tranches. b) Em 13 de julho de 2015, o Banco Pecúnia efetivou a 1ª tranche da cessão da carteira de financiamento de veículos. Nessa tranche foram cedidos 20.753 contratos, referente a carteira de créditos inadimplidos, pelo valor de R\$ 5. c) Em 28 de julho de 2015, o Banco Pecúnia efetivou a 2ª tranche da cessão da carteira de financiamento de veículos. Nessa tranche foram cedidos 12.425 contratos, referente a carteira de créditos vencidos com mais de 91 dias de atraso, pelo valor de R\$ 2.741, com um prejuízo de R\$305.

**A DIRETORIA**

CONTADOR - Claudemir do N. R. Machado - CRC 1SP217346/O-0

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Administradores e Acionistas do Banco Pecúnia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Pecúnia S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

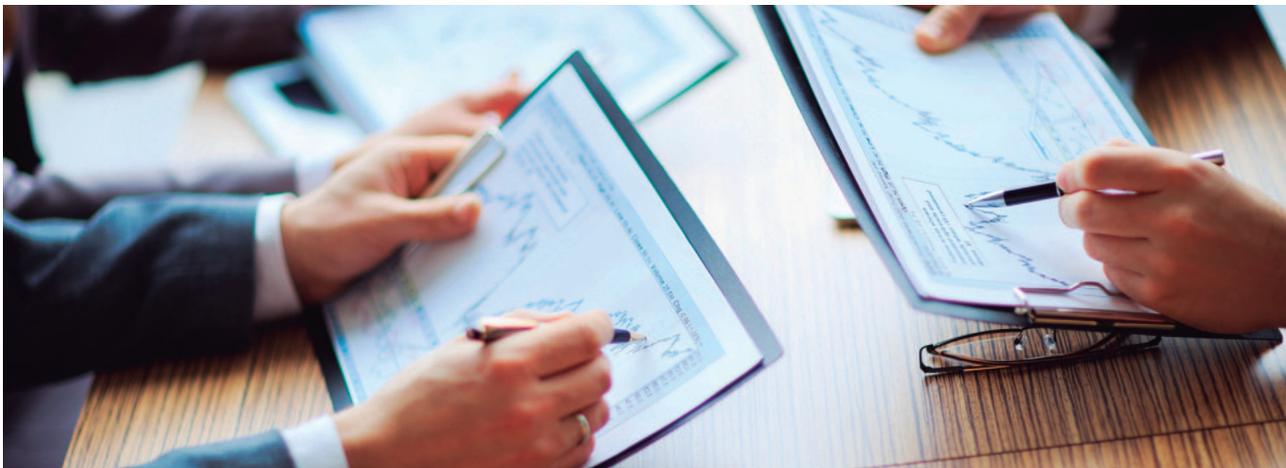
**Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras** - A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pecúnia S.A., em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Ênfase** - Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração do Banco Pecúnia S.A., suspendeu a realização de novas operações de crédito em função da decisão anunciada pelo controlador de encerrar as operações do Banco, a partir de 3 de fevereiro de 2015. Também conforme nota explicativa 1, em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras do Banco, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 24 de agosto de 2015

**EY**ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6Flávio Serpejante Peppe  
Contador CRC-1SP172167/O-6Renato Nantes  
Contador CRC-1RJ115529/O-7

## Sua responsabilidade também é nosso compromisso

O mercado de publicidade legal demanda por conhecimento, confiança e bom atendimento. Por isso, o **DCI** reafirma o compromisso de ser um dos jornais econômicos mais influentes do País para publicação de balanços, atas ou editais forense.

**Sendo esse nosso diferencial de mercado, apresentamos as vantagens para suas publicações:**

- Formato berliner (igual ao diário oficial)
- Conteúdo com qualidade e credibilidade
- Um dos líderes em publicidade legal
- Melhor custo-benefício
- Acesso às publicações do dia no DCI On-line

Consulte-nos: (11) **5095-5300**  
✉ [comercial.legal@dcicom.br](mailto:comercial.legal@dcicom.br)



Vamos ao que interessa

O melhor conteúdo de  
**economia e política**

**Anuncie:**  
(11) **5095.5300**